

SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina
Centro Especializado da Assistência Farmacêutica - CEAF Vila Mariana

CNPJ nº 61.699.567/0051-51
 Nota de Administração



Em complemento às Demonstrações Contábeis Consolidadas da SPDM - Associação Paulista Para o Desenvolvimento Da Medicina, estamos publicando as Demonstrações Contábeis individuais da Unidade Gerenciada: SPDM - Centro Especializado da Assistência Farmacêutica - CEAF Vila Mariana. As Atas de Reuniões com o Parecer sobre a aprovação das contas e demonstrativos contábeis emitidos pelo Conselho Fiscal da SPDM, Assembleia Geral Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira - Diretor-Presidente da SPDM.

Comparativo dos Balanços Patrimoniais Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais

Ativo	2018	2017
Ativo Circulante	30.329.444,73	48.501.699,21
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 3.1)	1.005.375,36	75.184,28
Bancos conta movimento (Nota 3.1)	785,59	73.178,81
Aplicações Financeiras (Nota 3.2)	1.004.589,77	2.005,47
Contas a Receber (Nota 3.3)	13.029.025,89	13.194.524,79
Valor a Receber - Secretária do Estado da Saúde (Nota 3.3.1)	9.648.661,12	9.670.834,00
Estimativa de Rescisão Contratual (Nota 3.3.2)	504.386,45	437.712,48
Valores em Negociação - Convênio (Nota 3.3.3)	2.875.978,31	2.875.978,31
Outros Créditos (Nota 3.4)	61.762,29	27.114,08
Adiantamentos a fornecedores	22.796,85	-
Antecipações salariais (Nota 3.4.1)	1.558,65	246,25
Antecipação de férias (Nota 3.4.2)	36.282,51	6.981,73
Depósito Judicial (Nota 3.4.3)	1.144,28	19.886,10
Despesas Pagas e Antecipadas (Nota 3.5)	12.334,25	12.924,59
Premios de seguros e outros a vencer	12.634,25	-
Estoques (Nota 3.5)	16.220.646,95	35.201.851,47
Materiais de Nutrição	2.555,83	4.442,04
Materiais de Farmácia	622,92	-
Materiais de Almoarifado	54.987,94	72.218,11
Empréstimos de Materiais a Terceiros	-	1.151,00
Operação com Materiais de Terceiros (Nota 3.5.1)	16.162.480,26	35.123.776,32
Ativo Não Circulante	93.305,82	7.600.942,93
Ativo Realizável a Longo Prazo	-	7.617.362,04
Convênios Públicos a Receber	-	7.617.362,04
Ativo Imobilizado - Bens de Terceiros (Nota 3.7)	93.305,82	183.580,89
Bens Móveis (Nota 3.7)	563.042,29	549.665,05
Ajuste vida útil - bens terceiros (Nota 3.7.1)	(469.736,47)	(366.084,16)
Total do Ativo	30.422.750,55	56.302.642,14

Comparativo das Demonstrações dos Resultados dos Períodos Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais

Passivo	2018	2017
Passivo Circulante	30.329.444,73	48.501.699,21
Fornecedores (Nota 3.8)	27.047,10	20.225,20
Serviços de Terceiros	-	-
Pessoa Física/Jurídica (Nota 3.9)	153.937,65	336.099,77
Salários a pagar (Nota 3.10)	180.559,74	171.455,53
Contribuições a recolher (Nota 3.11)	45.659,60	289.927,27
Provisão de férias (Nota 3.12)	296.218,80	250.036,69
Provisão de FGTS sobre férias (Nota 3.12)	23.461,48	19.968,86
Provisão de PIS sobre férias (Nota 3.12)	2.962,16	2.500,46
Provisão de despesas c/quotações (Nota 3.18)	504.386,45	437.712,48
Empréstimo a funcionário Lei 10820/03 (Nota 3.15)	6.356,67	2.276,65
Impostos a recolher (Nota 3.13)	47.510,06	44.727,12
Obrigações Tributárias (Nota 3.14)	20.699,73	18.225,92
Outras contas a pagar (Nota 3.16)	3.803,42	-
Estrutura SPDM	5.052,32	15.530,43
Convênios Públicos a realizar (Nota 3.17)	12.849.309,29	12.028.920,82
Obrigações c/ Materiais de Terceiros (Nota 3.5.2)	16.162.480,26	35.123.776,32
Passivo Não Circulante	93.305,82	7.800.942,93
Obrigações - Bens Móveis de Terceiros (Nota 3.7)	563.042,29	549.665,05
Ajustes vida útil econômica - Bens Móveis de Terceiros (Nota 3.7.1)	(469.736,47)	(366.084,16)
Convênios Públicos a realizar (Nota 3.7.1)	-	7.617.362,04
Patrimônio Líquido (Nota 5)	-	-
Resultado do Exercício (Nota 3.20)	-	-
Total do Passivo	30.422.750,55	56.302.642,14

Comparativo das Demonstrações dos Fluxos de Caixa Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais

	2018	2017
Recetta Bruta de Serviços	7.890.455,04	7.368.946,53
Prestados com Restrições	6.794.667,78	6.341.428,95
Secretaria de Saúde do Estado (Nota 4.1)	-	-
Isenção usufruída	-	-
INSS Serviços Próprios (Nota 9.1)	861.233,45	827.568,24
Isenção usufruída	-	-
INSS Serviços Terceiros (Nota 9.2)	960,00	1.000,00
Isenção usufruída - COFINS (Nota 9.3)	203.840,02	190.242,89
Trabalho Voluntário Estatutário (Nota 9.4)	2.249,89	8.706,45
Outras Recetas	27.503,90	-
(+) Outras Recetas com Restrições	65,33	13.791,91
Financeiras	-	-
Descostos Recebidos	65,33	-
(=) Recetta Líquida com Restrições	7.890.520,37	7.382.738,44
Custos e Despesas	-	-
(-) Custos Operacionais com Restrições (Nota 4.2)	5.533.327,67	4.440.794,72
(-) Serviços - Pessoal Próprio	2.828.376,63	2.545.614,24
(-) Serviços - Terceiros Pessoa Jurídica	1.412.010,10	1.276.323,33
(-) Serviços - Terceiros Pessoa Física	4.800,00	5.000,00
(-) Manutenção e Conservação	594.563,92	-
(-) Mercadorias	86.217,59	76.876,94
(-) Isenção usufruída	-	-
INSS Serviços Próprios (Nota 9.1)	606.408,43	538.970,21
INSS Serviços Terceiros (Nota 9.2)	960,00	1.000,00
(-) Tributos	-	-
(=) Superávit/Déficit Bruto com Restrições	2.941.953,72	2.941.953,72
(-) Despesas Operacionais com Restrições (Nota 4.2)	2.357.192,70	2.881.028,36
(-) Serviços - Pessoal Próprio	1.169.823,35	1.169.099,23
(-) Serviços - Terceiros Pessoa Jurídica	422.562,85	1.076.402,59
(-) Manutenção e Conservação	65.187,91	-
(-) Mercadorias	51.513,35	29.104,40
(-) Financeiras	13.914,28	11.038,30
(-) Tributos	85.340,35	95.087,47
(-) Despesas - Bens Permanentes de Terceiros	21.607,41	12.571,00
(-) Isenção usufruída	-	-
INSS Serviços Próprios (Nota 9.1)	254.825,02	288.598,03
(-) Isenção usufruída	-	-
INSS Serviços Terceiros (Nota 9.2)	-	-
(-) Isenção usufruída - COFINS (Nota 9.3)	203.840,02	190.242,89
(-) Isenção usufruída	-	-
Trabalhos Voluntários (Nota 9.4)	2.249,89	8.706,45
(-) Outras Despesas Operacionais	66.328,27	-
(+) Outras Despesas	-	60.925,36
(+) Outras despesas Financeiras	-	60.925,36
Total das Despesas	7.890.520,37	7.382.738,44
(=) Superávit/Déficit do Exercício com Restrições (Nota 6)	-	-

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31/12/2018 e 2017

Contexto Operacional, Normas e Conceitos Gerais Aplicados nas Demonstrações Financeiras: A Entidade, SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina é uma Associação civil sem fins lucrativos, de natureza filantrópica, reconhecida de utilidade pública estadual e municipal, respectivamente pelos decretos nº 57.925, de 04/03/1966, 40.103 de 17/05/1962. A SPDM é uma instituição filantrópica, que busca a sustentabilidade econômica, social e ambiental. Sua gestão é baseada no sistema de governança corporativa e na alta competência de seus colaboradores. Fundada em 1933, atualmente é dirigida por um Conselho Administrativo, eleito pela Assembleia das Associações e tem, hoje, como principal objetivo a manutenção do Hospital São Paulo (HSP), hospital universitário da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), bem como outros hospitais, centros de assistência e unidades afins. **Características da Unidade Gerenciada:** Inaugurado sob a gestão da SPDM em 05/03/2014, o Centro Especializado da Assistência Farmacêutica - CEAF Vila Mariana tem como atividade principal a prestação de serviços de assistência farmacêutica. Inicialmente integrou o núcleo de Gestão Assistencial - Várzea do Carmo, porém a partir de 01/07/2015 tornou-se independente, integrando o rol das unidades afiliadas da SPDM. Atualmente atende a demanda do município de São Paulo na dispensação de medicamentos de Alto Custo, Programa Fibrose Cística e Centros de Referência em aplicação de Toxina Botulínica e Imunizações. Tem por objetivo a operacionalização da gestão e execução dos serviços, com a missão de oferecer serviços de assistência farmacêutica, em conformidade com os critérios das boas práticas de farmácias e distribuidoras estabelecidas pelos Programas de Assistência Farmacêutica do Ministério da Saúde (MS) e Secretaria Estadual de Saúde (SES) com qualidade e comprometimento socioambiental, buscando o aprimoramento contínuo do atendimento e dos pessoas. Em 30.12.2018 a SPDM em parceria com a Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo (SES) firmou o Convênio 778/2018, no valor global de R\$ 22.852.086,12 com vigência de 36 meses, com o objetivo de incorrer despesa com Custeio da Unidade de Farmácia do CEAF Vila Mariana. **1 - Imunidade Tributária:** A SPDM enquadrada no conceito de imunidade tributária disposta no Art. 150, Inciso VI alínea "c" e seu parágrafo 2º e Artigo 195, parágrafo 7º da Constituição Federal, de 05.10.1988. **2 - Apresentação das Demonstrações Contábeis:** Na elaboração das demonstrações financeiras, a Entidade adotou a Lei nº 11.638/2007, Lei nº 11.941/09 que alteram Artigos da Lei nº 6.404/76 em aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. As demonstrações foram elaboradas em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, características qualitativas da informação contábil, Resolução nº 1.374/11 que deu nova redação à NBC TG que trata da Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, Resolução nº 1.378/11 (NBC TG 26), que trata da Apresentação das Demonstrações Contábeis, Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e outras Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) aplicáveis às Entidades sem Fins Lucrativos, e Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 (R1) - Entidades sem Finalidade de Lucros a qual estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de reconhecimento das transações e variações patrimoniais, de estruturação das demonstrações contábeis e as informações mínimas a serem divulgadas em notas explicativas de entidade sem finalidade de lucros. **2.1 - Formalidade da Escrituração Contábil - Resolução 1.330/11 (NBC ITG 2009):** As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, elaboradas por dispositivos legais e estatutários, são transcritas no livro "Diário" da entidade, e posteriormente registradas no Cartório de Registros de Pessoas Jurídicas. Com a publicação da portaria 1.420 de 19.12.2013 pela RFB, algumas alterações foram introduzidas com relação ao livro diário que passou a ser exigido em formato digital e a forma de arquivamento pelo cartório de registros. A documentação contábil da Entidade é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apiam ou compõem a escrituração contábil. **2.2 - Nome Empresarial, Endereço e CNPJ da Unidade Gerenciada:** SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Centro Especializado da Assistência Farmacêutica - CEAF Vila Mariana, Av. Doutor Altino Arantes, 1.344 - Vila Clementino, São Paulo/SP, CEP 04042-005, CNPJ nº 61.699.567/0051-51. **3 - Principais Políticas Contábeis Utilizadas na Elaboração das Demonstrações:** Em todas as suas unidades os registros contábeis são realizados da maneira estabelecida pela matriz e são adotadas todas as suas orientações. Face aos inúmeros conceitos aplicados quando da escrituração dos atos e fatos administrativos que deram origem aos Livros Diários, Razões e outros, divulgamos aqueles os quais julgamos mais relevantes conforme estabelece a resolução 1.409/12 (ITG 2002) e suas alterações. O plano de contas adotado atende aos requisitos da Lei 11.638/2007. Segundo o manual do CFC, o plano de contas consiste em um conjunto de títulos, apresentados de forma coordenada e sistematizada, previamente definidos, nele traduzida a estrutura das contas a serem utilizadas de maneira uniforme para representar o estado patrimonial da entidade, e de suas variações, em um determinado período. Nesse sentido a função e o funcionamento das contas serão utilizados conforme a codificação do plano de contas. **3.1 - Caixa e Equivalentes de Caixa:** Conforme determina a Resolução do CFC nº 1.298/10 (NBC-TG 03) - Demonstração do Fluxo de Caixa e Resolução do CFC nº 1.376/11 (NBC-TG 26) - Apresentação Demonstrações Contábeis, os valores contabilizados neste subgrupo representam os recursos em moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 dias.

3.2 - Aplicações Financeiras: As Aplicações Financeiras referem-se a Certificado de Depósito Bancário (CDB) atualizadas com base na variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), possuem liquidez imediata e são remuneradas a taxa que variam entre 5% e 85,5% do CDI para períodos abrangidos por estes demonstrativos financeiros. São demonstrados pelo valor aplicado, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, com base no regime de competência, tais valores encontram-se aplicados conforme estabelecido em convênios firmados junto à Secretaria de Saúde do Estado, cujo rendimento é revertido em favor do contratante e não da unidade gerenciada.

3.3 - Contas a Receber: A prática contábil adotada é o regime de competência para registro das mutações patrimoniais. Conforme resolução 1.305/11, que aprova a NBC TG 07 (R1) - Subvenção e Assistências Governamentais e 1.409/12, que aprova a ITG 2002 (R1) - Entidade sem finalidade de lucros, a Entidade passou a constituir provisionamentos e outros valores a receber referentes às exceções de seus convênios com a Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo de modo que quando ocorra o reconhecimento no resultado, não traga desequilíbrio entre receitas e despesas provisionadas. **3.3.1 - Valores a Receber:** O saldo registrado nesta conta representa recebíveis de curto prazo (C/P), relativos ao Convênio 778/2018, celebrados entre a SPDM e a Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo. Em 31.12.2018 os valores a receber representam o montante de R\$ 9.648.661,12.

3.3.2 - Estimativa de Rescisão Contratual: A entidade passou a adotar em sua plenitude a resolução CFC 1.305/10, reafirmado no item 09 da resolução 1.409/12. A unidade gerenciada constituiu provisão estimativa de rescisão contratual entre a SPDM e a Secretaria da Saúde do Estado. Dessa forma, a estimativa leva em consideração os valores estimados para rescisão do contrato de trabalho coletivo, se devidos fossem, em 31.12.2018, para fins de recolhimento de FGTS (50% MULTA) e aviso prévio indenizado, conforme quadro abaixo:

Tipos de Recurso	Vencidos	A Vencer	Saldo em 31.12.2018
Custeio - Convênio 778/2018	1.269.562,04	-	1.269.562,04
Custeio - Convênio 778/2018	8.379.099,08	8.379.099,08	16.758.198,16
Total a Receber	1.269.562,04	8.379.099,08	9.648.661,12

3.3.3 - Estimativa de Rescisão Contratual: A entidade passou a adotar em sua plenitude a resolução CFC 1.305/10, reafirmado no item 09 da resolução 1.409/12. A unidade gerenciada constituiu provisão estimativa de rescisão contratual entre a SPDM e a Secretaria da Saúde do Estado. Dessa forma, a estimativa leva em consideração os valores estimados para rescisão do contrato de trabalho coletivo, se devidos fossem, em 31.12.2018, para fins de recolhimento de FGTS (50% MULTA) e aviso prévio indenizado, conforme quadro abaixo:

Estimativas de Rescisão Contratual	Saldo em 31.12.2018
Aviso Prévio Indenizado	R\$ 324.525,72
Multa 50% FGTS	R\$ 179.860,73
Total	R\$ 504.386,45

3.3.3 - Valores em Negociação - Convênio: Representam outros valores a receber relacionados à atividade operacional da instituição, correspondente a valores resultantes do resultado deflacionário da unidade gerenciada, oriundos dos convênios gerenciados pela Entidade. Por conta do modelo de gestão das organizações sociais de saúde, a instituição se valeu da Resolução CFC nº 1.409/12 (ITG 2002 (R1) Item 17 e 27(d)), para registrar valores que serão restituídos ou compensados pelo órgão contratante até o final do contrato/convênio, a título de reequilíbrio econômico da instituição. A instituição não se limita apenas ao reconhecimento de valores a receber que representam o objeto principal da entidade, mas a outras transações que são normais e inerentes à sua atividade, utilizando-se da Prevalência da Essência sobre a Forma. Os valores registrados nesta conta em 31.12.2018 representam o montante de R\$ 2.875.978,31. **3.4 - Outras Contas:** São as contas a receber que não se enquadram nos grupos de contas anteriores, sendo contas a curto prazo normalmente não relacionadas com o objeto principal da instituição. **3.4.1 - Antecipação Salarial:** Os valores registrados nesta conta representam antecipações realizadas a títulos rescisórios ou por força da legislação trabalhista (CLT). **3.4.2 - Antecipação de Férias:** A instituição efetua antecipação de férias conforme prevê a legislação Trabalhista (CLT), em seu artigo Art. 145. O pagamento da remuneração das férias e de 1/3 do abono reativo no art. 149 serão efetuados até 2 (dois) dias antes do início do respectivo período. **3.4.3 - Depósito Judicial:** Representam recursos financeiros à disposição do Juízo, para discussões de ações cíveis, tributárias e trabalhistas. Os valores mantidos nesta conta estão amparados por processos trabalhistas e totalizam no exercício de 2018 R\$ 1.144,28. **3.5 - Estoques:** Os estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado e referem-se aos produtos e materiais de conservação e consumo, higiene e câmeras alimentícios. Conforme se demonstra abaixo, o valor total escriturado em estoques no exercício de 2018 é de R\$ 58.165,69.

Tipos	Valores em Reais
	31.12.2018
Materiais de Nutrição	2.555,83
Materiais de Farmácia	622,92
Materiais de Almoarifado	54.987,94
Materiais de Terceiros	72.218,11
Total	16.162.480,26

3.5.1 - Estoques de Terceiros: É composto exclusivamente por medicamentos fornecidos mensalmente a unidade gerenciada através da Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo para armazenamento e dispensação,

3.5.2 - Bens Móveis de Terceiros: É composto exclusivamente por bens móveis de terceiros, tais como equipamentos médicos, mobiliário, veículos, etc., que foram adquiridos por meio de recursos de terceiros, sendo os valores registrados nesta conta em 31.12.2018 representados pelo montante de R\$ 469.736,47.

3.6 - Estoques de Terceiros: É composto exclusivamente por estoques de terceiros, tais como medicamentos, materiais de conservação e consumo, higiene e câmeras alimentícios. Conforme se demonstra abaixo, o valor total escriturado em estoques no exercício de 2018 é de R\$ 58.165,69.

3.6 - Despesas Pagas Antecipadamente: Representam valores cujo benefício será usufruído também no decorrer do exercício patrimonial, respectivo o Princípio da Competência. Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a unidade gerenciada efetua contratação de seguros, em valores considerados suficientes para cobertura de eventuais sinistros, e assim atendendo principalmente o Princípio Contábil

...continuação de Continuidade. Os valores seguros são definidos em função do valor de mercado ou do valor do bem novo, conforme o caso. 3.7 - **Imobilizado - Bens de Terceiros:** O imobilizado de uso da unidade geradora CEAF - Vila Mariana é composto por bens de terceiros, fruto de aquisição realizada com recursos de convênios para os quais possuímos documentação de cessão de uso sendo classificados de modo a atender a legislação atual. Os ativos estão distribuídos da seguinte forma:

Descrição	Posição em 31/12/2017	Aquisição	Baixa	Posição em 31/12/2019
Imobilizado - Bens de Terceiros	549.665,05	26.577,42	(13.200,18)	563.042,29
Bens Móveis	549.665,05	26.577,42	(13.200,18)	563.042,29
Equipamento Processamento de Dados	74.663,30	-	-	74.663,30
Mobiliário em Geral	443.448,00	12.225,00	(10.000,00)	445.673,00
Máquinas Utensílios e Equipamentos Diversos	13.559,35	10.860,95	-	24.420,30
Aparelhos e Utensílios Domésticos	9.540,00	3.491,47	(3.200,18)	9.831,29
Máquinas e Equipamentos de Natureza Industrial	759,50	-	-	759,50
Equipamentos para áudio vídeo e Foto	7.694,50	-	-	7.694,50
Total Imobilizado - Terceiros	549.665,05	26.577,42	(13.200,18)	563.042,29

3.7.1 - Ajuste de Vida Útil: A Instituição efetua o ajuste de vida útil dos bens de terceiros, de propriedade do contratante, através do método linear e utilizando as taxas anuais divulgadas em nota explicativa (3.8 Imobilizado), de modo a demonstrar o valor residual dos bens de terceiros. 3.8 - **Fornecedores:** As obrigações com fornecedores nacionais são reconhecidas pelo seu custo de aquisição, de acordo com os valores praticados no mercado interno. São registrados pelo valor das notas fiscais ou faturas provenientes da compra de materiais e serviços adquiridos no curso normal das atividades. O prazo médio de pagamento é de aproximadamente 90 dias. 3.9 - **Serviços de Terceiros:** Estas obrigações representam a contratação de serviços de terceiros, pessoa física e jurídica pela instituição, em sua grande parte, relacionados à prestação de serviços, tais como: limpeza e conservação, vigilância, portaria, manutenção, etc. 3.10 - **Salários a Pagar:** De acordo com o Art. 76 da CLT - Salário é a contraprestação mínima devida e paga diretamente pelo empregador a todo trabalhador, inclusive ao trabalhador rural, sem distinção de sexo, por dia normal de serviço. A Instituição efetua o pagamento mensal das remunerações no quinto dia útil subsequente ao mês de competência. 3.11 - **Contribuições a Recolher:** Representam os valores devidos sobre a folha de pagamento e relativos ao cumprimento de recolhimentos de contribuições, conforme legislação mensal em suas respectivas datas de vencimento, ou seja, INSS até o dia 20, FGTS até o dia 07 e PIS até o dia 25 do mês subsequente, conforme legislação vigente, caso tais datas não sejam dias úteis, os pagamentos são antecipados para o dia útil anterior a data limite. 3.12 - **Provisões de Férias e Encargos:** Referem-se às Provisões de Férias e encargos, dos quais estes foram provisionados, com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço, determinados com base na remuneração mensal dos colaboradores e no número de dias de férias a que já tem direito bem como os encargos sociais incidentes sobre os valores que foram objeto da provisão na data da elaboração das Demonstrações Financeiras, respeitado o Princípio da Competência e conforme informações fornecidas pelo setor responsável pelas mesmas. 3.13 - **Impostos a Recolher:** Representam os valores devidos sobre a Folha de Pagamento e relativos ao cumprimento de recolhimentos de IRPF, CLT e ISS, os mesmos são recolhidos mensalmente em suas respectivas datas de vencimento, conforme legislação vigente IRPF até o dia 20 e ISS até o dia 10 do mês subsequente (PMSP), conforme legislação vigente, caso tais datas não sejam dias úteis, os pagamentos são antecipados para o dia útil anterior a data limite. 3.14 - **Obrigações Tributárias:** A obrigação tributária de acordo com o §1º do art. 113 do CTN, é aquela que surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito ao decorrer. Constituem as obrigações de IRPJ, INSS, ISS, PIS/COFINS/CSLL e Outras Taxas Municipais, relativos aos valores relacionados aos prestadores de serviços de terceiros contratados pela unidade geradora, o saldo contabilizado em 2018 totalizou R\$ 20.699,73. 3.15 - **Empréstimos Funcionários:** Conforme Lei 10.820 de 17/12/2003 são empréstimos consignados realizados por Instituições Financeiras a funcionários mediante anuidade da Entidade, com pagamentos indiretos cujas parcelas são deduzidas diretamente da folha de pagamento. Em atendimento à legislação vigente a unidade geradora oferece a seus funcionários créditos consignados junto ao Banco Bradesco S.A. O saldo contabilizado em 31.12.2018 foi de R\$ 6.356.677,31. 3.16 - **Outras contas a pagar:** Os valores evidenciados em outras contas a pagar referem-se a outras obrigações que em um primeiro instante não se encaixam nas demais nomenclaturas do plano de contas da Instituição, ou ainda, aqueles valores não usuais a atividade principal da instituição. 3.17 - **Convênios/Contratos públicos a realizar (Circular e não Circular):** De acordo com a Resolução 1.306/10 (NBC TG 07 R1) Item 15A e Resolução 1.409/12 (ITG 2002-R1) Item 11 e 12, a SPDM passará a adotar o sistema de contábil com valores mantidos em Convênios com o poder público, de forma a evidenciar os valores previstos a serem realizados, durante a execução do Convênio, na execução da atividade operacional. O saldo a realizar em curto prazo em 31.12.2018 representa R\$ 12.849.309,29. 3.18 - **Estimativas Contábeis:** A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de determinadas estimativas, valores que sejam registrados por estimativa, as quais são estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. Itens significativos registrados com base em estimativas contábeis incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor de realização ou recuperação, as provisões para indenizações e provisões para perdas em geral. No caso da Provisão de Férias e Encargos, os mesmos foram provisionados com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço. A liquidação das transações registradas com base em estimativa poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de estimativa. A Administração da Entidade revisa periodicamente as estimativas e premissas. 3.19 - **Outros Ativos e Passivos:** Correspondem a valores a receber e/ou a pagar, registrados pelo valor da realização e/ou exigibilidade na data do balanço, sendo que, na sua grande maioria, estes valores encontram-se acrescidos de encargos contratuais e juros. Os valores referentes a passivos com fornecedores encontram-se com valor histórico, com exceção feita a aqueles que resultam de demandas judiciais cujo valor é determinado por decisão judicial. 3.20 - **Aparação do Resultado:** Conforme Resolução 1.306/10 (NBC TG 07 R1) Item 12, O resultado do exercício é apurado segundo o Regime de Competência. As receitas e despesas são confrontadas ao final do exercício, de maneira que o resultado apurado será sempre "zero". Portanto a apuração do resultado não interfere no Patrimônio Líquido da Instituição. 4 - **Origem e Aplicação dos Recursos:** As receitas, inclusive as doações, subvenções, contribuições, bem como as despesas, são registradas pelo regime de competência. As receitas da Entidade são apuradas através dos comprovantes, contras, avisos bancários, recibos e outros, com também suas despesas são apuradas através de Notas Fiscais e Recibos, em conformidade com as exigências legais-fiscais. 4.1 - **Das Receitas Operacionais:** Os recursos públicos obtidos através Convênios são de uso restrito para custeio e/ou investimento das atividades operacionais. As receitas operacionais da instituição são aplicadas na atividade operacional e são reconhecidas pelo regime de competência, de acordo com a NBC TG 07 (R1) Item 12, onde a subvenção governamental deve ser reconhecida como re-

ta na demonstração do resultado, a contrapartida da Assistência Governamental registrada no ativo é feita em conta específica do passivo. No exercício de 2018, a unidade geradora recebeu através da Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo Assistências Governamentais conforme quadro abaixo:

Convênios Vigentes em 2018	Valor Recebido
778/2016	30/12/2016 à 30/12/2019 R\$ 7.839.534,92
Total dos Convênios (Recebido)	R\$ 7.839.534,92

5 - **Patrimônio Líquido:** Conforme esclarecido em balanços anteriores, de acordo com apurado na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido de 2012, e descrito em notas explicativas dos anos, a SPDM procedeu a ajustes necessários para se adequar ao que estabelece as Resoluções 1305/10 e 1409/12, no que se refere ao reconhecimento dos recursos com restrição originários de contratos de gestão, convênios públicos e outros tipos de Assistência Governamental. O patrimônio líquido atualmente não apresenta valores, em virtude de aplicação do que estabelece as Resoluções CFC 1409/12 (Item 11) e CFC 1305/10 (Item 12 e 15A), que enquanto não atendido os requisitos para reconhecimento no resultado, a contrapartida da Assistência Governamental de Contribuição para Custeio e Investimento deve ser em conta específica do Passivo, de forma que o resultado será sempre "zero". Em virtude da aplicação das normas acima relacionadas a Entidade optou em não divulgar a DMPL - Demonstração da Mutações do Patrimônio Líquido pois não houve movimentação no Patrimônio Líquido nos períodos de 2017 e 2018 respectivamente. 6 - **Recolhimento Operacional:** Em virtude do reconhecimento de receitas e despesas conforme Resolução 1.305/13 (NBC TG 07 R1) Item 12 e 15A, o resultado do exercício tem sido "zero" face a exigência do reconhecimento em contas de resultado, de receitas e despesas compensadas em bases sistêmicas. Em 2018, a Instituição reconhece repasses e outras receitas no montante de R\$ 7.864.798,36 esses recursos foram aplicados na atividade operacional e assistencial da unidade geradora, considerando custos e despesas operacionais no período, totalizando um montante de R\$ (6.822.237,01). Dessa forma, se houve a apuração do resultado operacional, a instituição encerra o exercício com um resultado superavitário de R\$ 1.042.561,35. O resultado superavitário ficará consignado em conta específica do passivo, denominada "convênios/contratos públicos a realizar", até o final da execução do Convênio, demonstrando seu equilíbrio econômico-financeiro. 7 - **Das Disposições da Lei 12.101 e Portaria 834/16 MS:** Por ser Entidade Filantrópica da área da saúde, a SPDM, em conformidade ao estabelecido no inciso II do artigo 4º da Lei 12.101 de 27.11.2009, alterada pela Lei 12.868/13 regulamentada pelo Decreto nº 8.242/14, tem por obrigação ofertar à população carente sem distinção de etnia, sexo, credo ou religião, a prestação de todos os seus serviços aos clientes do SUS no percentual mínimo de sessenta por cento, e comprovadamente, a prestação dos serviços de que trata o inciso II, com base no somatório das internações realizadas e dos atendimentos ambulatoriais prestados. De acordo com o Art. 36 da mesma portaria, a entidade que tenha sob sua gestão outras entidades poderá incorporar nos seus serviços o limite de 10% dos serviços prestados ao SUS pelos estabelecimentos a ela vinculados. Em 2018 o CEAF - Vila Mariana, apresentou a seguinte produção:

	Total
Medicamentos Distribuídos	23.789.063
Pacientes - Atendimentos Triagem	150.417
Pacientes - Atendimentos Guichê/Presencial Alto Custo	269.147

8 - Relatório de Execução

Linha de Contratação	Relatório de Execução do Convênio - 2018			
	1º Semestre		2º Semestre	
	Meta Proposta	Resultado Alcançado	Meta Proposta	Resultado Alcançado
Medicamentos Distribuídos - Total		11.759.187		12.029.876
Atendimentos - Total	120.000	190.875	120.000	228.707
Triagem	atendimentos	62.625	atendimentos	67.792
Guichê/Presencial		128.232		140.915

(*) Observação: a meta proposta da linha de contratação da Farmácia, trata-se de estimativa de atendimento, que pode sofrer incremento ou decréscimo, haja vista a característica dos serviços da Unidade de Farmácia, que permite a demanda espontânea de pacientes.

balho dos integrantes da administração das entidades deve ser incluído como trabalho voluntário. Desta forma, conforme item 19, a Entidade reconhece pelo valor justo a prestação do serviço não remunerado do voluntariado, que é composto essencialmente por pessoas que dedicam o seu tempo e talentos a uma importante participação em várias ações realizadas pela entidade. A Entidade possui dois tipos de trabalho voluntário sendo um dos dirigentes estatutários e outro de prestadores de serviços de voluntariado. Para o cálculo da remuneração que seria devida, a Entidade toma por base o número de Conselhos, o de Conselheiros e o tempo dedicado à atividade por cada um. Para o ano de 2018 tomou por base o valor médio dos honorários praticados em Ago/2017 (R\$/hora) no Brasil: Pesquisa Perfil das Empresas de Consultoria no Brasil 2016 Conceição e Coordenação Luiz Alfonso Romano Analise Estatística Sérgio Santos Comunicação. Tomando como base o valor médio da hora multiplicado pelo número de horas chegou-se ao montante de R\$ 2.249,80. O qual foi dividido de maneira simples pelo número de unidades ativas no período. Para os demais trabalhos voluntários a valorização é feita pelo valor da hora da categoria a que pertence o voluntário. Em 2018, o trabalho voluntário estatutário representou R\$ 2.249,80 (Dois mil duzentos e quarenta e nove reais e oitenta e nove centavos). Em 2017 a entidade apurou o valor de R\$ 8.706,45 (Oito mil, setecentos e seis reais e quarenta e cinco centavos). 10 - **Ajuste a Valor Presente (Resolução do CFC nº 1.511/09)** - De acordo com o entendimento da legislação de reconhecimento de ativos e passivos (Resolução do Ajuste Valor Presente (AVP) em todos os elementos integrantes do ativo e passivo, quando decorrentes de operações de longo prazo, o valor presente representa direito ou obrigação descontadas as taxas, positivamente de mercado, implícitas em seu valor original, buscando-se registrar essas taxas como despesas ou receitas financeiras. Ao analisar os saldos contábeis dos itens que estão compondo os ativos e passivos não circulares da Entidade, a Administração entendeu que apenas em alguns casos de aquisição de ativo foi necessário efetuar o Ajuste a Valor Presente pois essas rubricas (elementos de ativos e passivos não circulares) não se enquadram nos critérios de aplicação e mensuração da Resolução 1.511/09, que aprova NBC TG 12, onde descreveremos a seguir, as seguintes situações que devem ser atendidas para obrigatoriedade no cumprimento desta Norma: Todas as transações que dão origem aos ativos ou passivos, receitas ou despesas e, ainda, mutações do patrimônio líquido que tenham como contrapartida um ativo ou passivo com liquidação financeira (a pagar ou a receber) que possuem data de realização diferente da data do reconhecimento. As operações que, em sua essência, representem uma saída de valores como resultado de financiamento, bem como contrapartida clientes, empregados, fornecedor, entre outros. Essa situação deve-se ao fato de que o valor presente da operação pode ser inferior ao saldo devido o que, em caso de dúvida, deve ser regido pela resolução 1.187/09 que aprova NBC TG 30, que trata de receitas; e Operações contratadas, ou até mesmo estimadas, que gerem ativos ou passivos devem ser reconhecidas por seu valor presente. 11 - **Seguros:** Para atender às eventuais adotas permanentemente, a Entidade efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros, e assim atendendo principalmente o Princípio de Contábil de Continuidade. 12 - **Exercício Social:** Conforme estabelece o Art. 41 do Estatuto Social da Instituição, o exercício social coincide com o ano civil, iniciando-se em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano. São Paulo, 31.12.2018.

Aline Fernanda dos Santos V. Custódio - Contadora - CRC 1SP 298.438/O-8
Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis:
 A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis que não contenham erro relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. Responsabilidades do auditor

Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira - Diretor Presidente da SPDM
Relatório dos Auditores Independentes: Opinião sobre as Demonstrações contábeis: Examinamos as Demonstrações Contábeis da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento de Medicina - Centro Especializado de Assistência Farmacêutica - CEAF Vila Mariana que compreendem o Balanço Patrimonial, em 31.12.2018, e as respectivas Demonstrações do Resultado do Período, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes Notas Explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade, em 31.12.2018, e o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião sobre as Demonstrações Contábeis: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas res-

Dr. Luiz Fernando Halgaj Diabranja - Diretor Técnico
 responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios de independência profissional que regem a função profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nosso opinião. Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado: Examinamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31.12.2018, com o intuito de complementar pelas FRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração não requer os mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis, tomadas em conjunto.

...continuação

pela auditoria das demonstrações contábeis: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos,

bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contulio, falsificação omissiva ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir

modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo/SP, 29.03.2019. Audisa Auditores Associados - CRC/SP 2SP 0524298/O-3; Ivan Roberto dos Santos Pinto Junior - Contador - CRC/RJ 058.252/O-1 - CVM: At Declaração Nº 7710/04; Ricardo Roberto Morello - Contador - CRC/SP 1SP 161.144/O-3 - CNAI - SP - 1619.

UNIVERSO ONLINE S.A. E CONTROLADAS												
CNPJ/MF 01.109.184/0001-95 - NIRE 35.300.198.10-7												
Relatório da administração												
Senhores acionistas, em atendimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o presente relatório relacionado às Demonstrações Financeiras levantadas em 31 de dezembro de 2018.												
Balancos patrimoniais para os exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais - R\$)												
Ativo	Controladora		Consolidado		Passivo e patrimônio líquido	Controladora		Consolidado				
	2018	2017	2018	2017		2018	2017	2018	2017			
Circulante												
Caixa e equivalentes de caixa	2.835.009	224.894	5.602.044	296.245	Fornecedores	207.196	294.902	318.449	215.869			
Aplicações financeiras	1.551.847	-	1.551.847	210.103	Obrigações com terceiros	-	-	4.324.198	3.080.569			
Contas a receber	122.361	123.265	8.345.758	3.713.022	Empréstimos e financiamentos	13.098	24.181	25.021	26.273			
Estoques	-	-	88.551	61.609	Salários e encargos sociais	56.015	51.123	178.014	124.445			
Impostos a recuperar	25.922	2.450	102.552	28.290	Impostos e contribuições	6.953	3.613	95.013	61.862			
Adiantamentos a fornecedores	9.224	1.159	18.487	4.871	Provisão para contingências	19.385	13.917	32.191	52.382			
Despesas pagas antecipadamente	14.446	11.837	45.088	52.550	Adiantamentos de clientes	17.325	17.682	59.974	30.749			
Depósitos judiciais	-	205	-	268	Dividendos estatutários a pagar	10.757	-	10.757	-			
Outras contas a receber	4.736	10.379	8.482	8.668	Outras contas a pagar	2.701	4.406	44.386	8.157			
Total do ativo circulante	4.563.544	374.189	15.762.810	4.375.625	Total do passivo circulante	333.430	409.824	5.088.002	3.610.307			
Não circulante												
Contas a receber de clientes	-	-	373	466	Fornecedores	909	3.283	909	3.283			
Depósitos judiciais	36.402	33.420	41.421	36.902	Empréstimos e financiamentos	58.245	70.699	65.230	89.527			
Impostos a recuperar	-	6.139	5.023	10.975	Impostos e contribuições	-	-	1.213	2.172			
Imposto de renda diferido	4.834	84.566	7.160	249.690	Imposto de renda diferido	252.004	51.778	468.182	292.115			
Despesas pagas antecipadamente	3.979	4.934	7.160	9.301	Provisão para contingências	7.578	7.584	41.771	7.972			
Outras contas a receber	11.288	11.288	38.917	35.060	Outras contas a pagar	7.585	6.952	30.624	33.567			
Investimentos em empresas controladas	4.177.980	1.755.578	-	-	Total do passivo não circulante	326.321	140.296	607.929	428.534			
Imobilizado	59.700	75.724	220.143	196.564	Total do passivo	659.751	550.120	5.695.931	4.038.949			
Intangível	180.496	185.407	1.261.565	1.122.011	Patrimônio líquido							
Total do ativo não circulante	4.469.846	2.156.956	1.574.600	1.660.969	Capital social	357.755	1.000.000	357.755	1.000.000			
					Reserva legal	71.551	80.082	71.551	80.082			
					Reserva capital	86.506	86.506	86.506	86.506			
					Reserva de retenção de lucros	1.073.450	1.014.588	1.073.450	1.014.588			
					Ajustes de avaliação patrimonial	6.958.484	(30.142)	6.958.484	(30.142)			
					Ações em tesouraria	(174.107)	(170.008)	(174.107)	(170.008)			
					Patrimônio líquido atribuído ao controlador	8.373.639	1.981.025	8.373.639	1.981.025			
					Participação dos não controladores	-	-	3.267.840	16.626			
					Total do patrimônio líquido	8.373.639	1.981.025	11.641.479	1.997.651			
Total do ativo	9.033.390	2.531.145	17.337.410	6.036.594	Total do passivo e patrimônio líquido	9.033.390	2.531.145	17.337.410	6.036.594			
Demonstração das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais - R\$)												
Saldo em 31 de dezembro de 2016	Atribuído ao controlador				Saldo em 31 de dezembro de 2017	Participação dos não controladores	Total do patrimônio líquido					
	Capital social	Reserva legal	Reserva de capital	Reserva de retenção de lucros								
1.000.000	60.714	86.506	682.188	1.830.408	10.685	1.841.093						
Lucro líquido do exercício	-	-	387.368	387.368	4.477	391.845						
Constituição de reserva legal	-	19.368	(19.368)	-	-	-						
Distribuição de dividendos	-	-	(15.600)	(15.600)	-	(15.600)						
Transferência para retenção de lucros	-	-	352.400	(352.400)	-	-						
Recuperação de ações / aquisição de participação adicional	-	-	-	(1.941)	1.464	(2.644)						
Saldo em 31 de dezembro de 2017	1.000.000	80.082	86.506	1.014.588	16.626	1.997.651						
Lucro líquido do exercício	-	-	-	1.981.025	16.626	1.997.651						
Distribuição de dividendos / reservas de retenção de lucro	-	-	-	1.075.676	414.365	1.490.041						
Constituição de reserva de retenção de lucro	-	-	(1.014.588)	(10.757)	-	(1.025.345)						
Recuperação de reserva legal	-	-	1.064.919	(1.064.919)	-	-						
Redução de capital	(642.245)	(8.531)	8.531	-	-	-						
Recuperação de ações / aquisição de participação adicional	-	-	-	-	(642.245)	(642.245)						
Venda de ações	-	-	-	-	(20.832)	(20.832)						
Saldo em 31 de dezembro de 2018	357.755	71.551	86.506	1.073.450	2.836.849	9.842.029						
Demonstração dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais - R\$)												
Fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais	Controladora		Consolidado		Fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais	Controladora		Consolidado				
	2018	2017	2018	2017		2018	2017	2018	2017			
Lucro líquido do exercício	1.075.676	387.368	1.490.040	391.845	Depósitos judiciais	(2.777)	(1.807)	(4.251)	700			
Despesas (receitas) que não representam movimentação de caixa:					Despesas pagas antecipadamente	(2.792)	1.134	8.268	(27.632)			
Depreciação e amortização	105.425	108.606	304.414	276.551	Outras contas a receber / pagar	471	(2.186)	(7.143)	18.468			
Acréscimo de provisão para perdas em controladas	-	-	-	-	Fornecedores	5.934	(7.004)	97.547	18.655			
Equivalência patrimonial	(461.939)	(339.509)	-	-	Obrigações com terceiros	-	-	1.243.629	1.775.538			
Imposto de renda e contribuição social correntes	39.006	-	225.449	223.724	Salários e encargos sociais	4.892	(15.108)	51.238	21.767			
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	222.676	12.157	369.888	104.784	Impostos e contribuições	(36.020)	(6.405)	13.378	(21.243)			
Acrescimento de provisão para créditos de liquidação duvidosa	21.082	21.491	94.380	74.094	Adiantamento de clientes	(358)	-	29.224	(4.391)			
Acrescimento de provisão para contingências	3.409	2.470	5.843	15.801	Participação dos não controladores	-	-	-	-			
PLP (remuneração ações)	-	-	264.179	-	Caixa gerado pelas atividades operacionais	988.499	177.892	(951.493)	860.115			
Acrescimento provisão para obsolescência de estoques	-	-	20.070	-	Imposto de renda e contribuição pagos	(2.273.165)	-	(2.480.755)	(171.991)			
Reversão perda não realizada em operação de "swap"	-	-	784	-	Juros recebidos / pagos	(4.083)	(11.798)	389.269	185.691			
Juros, receita de aplicações financeiras e variação cambial, líquida	5.595	6.966	12.329	17.515	Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	(1.288.749)	166.094	(3.042.978)	873.814			
Participações minoritárias	-	-	(4.477)	-	Caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades de investimento	(1.720.887)	104.901	(1.810.282)	(397.408)			
Variação de ativos e passivos operacionais					Caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades de financiamento	5.619.748	(55.109)	10.159.060	(272.747)			
Contas a receber	(33.901)	(10.576)	(5.117.703)	(2.039.466)	Aumento do caixa e equivalentes de caixa	2.610.115	215.886	5.305.799	203.660			
Estoques	-	-	(47.012)	(38.112)	Saldo inicial:							
Impostos a recuperar	(13.186)	17.059	(53.211)	45.409	Caixa e bancos	224.894	9.008	296.245	92.585			
Imposto de renda diferido	62.116	2.952	61.565	3.087	Saldo final:							
Adiantamento a fornecedores	(6.065)	282	(13.616)	(119)	Caixa e bancos	2.835.009	224.894	5.602.044	296.245			
					Movimentação líquida do caixa e equivalentes de caixa	2.610.115	215.886	5.305.799	203.660			
Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais - R\$)												
Receita líquida dos produtos vendidos e dos serviços prestados	Controladora		Consolidado		Provisão para perdas	Outras despesas, líquidas	Resultado antes das receitas e despesas financeiras	Resultado financeiro	Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	Imposto de renda e contribuição social correntes	Imposto de renda e contribuição social diferidos	Lucro líquido do exercício
	2018	2017	2018	2017								
694.154	649.440	3.852.887	2.823.314	(1.255)	(11.816)	(13.021)	(22.202)	(39.807)	1.337.358	399.525	2.085.377	720.353
(370.127)	(346.270)	(2.921.120)	(2.074.579)						(39.006)	(225.449)	(223.724)	
324.027	303.170	931.767	748.735						(222.676)	(12.157)	(369.888)	
(186.569)	(150.622)	(572.093)	(412.559)									
(87.009)	(72.545)	(745.190)	(280.464)									
461.939	339.509								1.075.676	387.368	1.490.040	391.845
Demonstrações do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais - R\$)												
Lucro líquido do exercício	Controladora		Consolidado		Atribuído a:	Participação do controlador	Participação dos não controladores					
	2018	2017	2018	2017								
1.075.676	387.368	1.490.040	391.845	-	-	-						
(16.733)	(2.167)	(16.733)	(2.167)	-	-	-						
1.058.943	385.201	1.473.307	389.678	-	-	-						
Parecer dos auditores												
As demonstrações financeiras foram auditadas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, que emitiu parecer sem ressalvas em 02 de abril de 2019, nos seguintes termos "Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Universo Online S.A. e do Universo Online S.A. e empresas controladas em 31 de dezembro						de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil". As notas explicativas, acompanhadas do relatório dos auditores Independentes estão disponíveis junto à Administração da Companhia.						